

“Dança das cadeiras” no Mercosul: uma avaliação crítica

‘Musical Chairs’ in Mercosur: a critical assessment

Thiago Gehre*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 133, set.-out. 2012 [p. 47 a 53]

“Na realidade, a questão do Paraguai é a questão da Venezuela, da disputa por influência econômica e política na América do Sul e de seu futuro como região soberana e desenvolvida”.

(Samuel Pinheiro Guimarães, 2012-a)

Em 2012, a América do Sul foi envolvida em uma “dança das cadeiras” entre os participantes do Mercosul, com a suspensão temporária do Paraguai e a entrada definitiva da Venezuela, o que trouxe à tona incertezas e indagações sobre o momento atual da marcha integrativa do continente. Alguns meios de comunicação, ao noticiar sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, procuraram induzir o pensamento de que a decisão do bloco teria sido uma espécie de retaliação ao impeachment sofrido por Fernando Lugo (Veja 2012).

Este artigo visa refletir criticamente sobre esta ideia e apresentar uma versão sucinta e atualizada dos principais fatos que envolveram os países sul-americanos nesta “dança das cadeiras”. Além disso, procura lançar luz sobre os problemas da atualidade a partir de uma interpretação histórica, resgatando aspectos universais do pensamento de Joaquim Nabuco sobre o contexto regional sul-americano.

O argumento a ser desenvolvido neste artigo refere-se à redefinição de algumas das linhas políticas e estratégicas do Mercosul e seus impactos no processo de integração regional. Além de análises e pesquisas recentes sobre o espaço sul-americano, utilizaram-se três fontes principais, a fim de fornecer elementos de comparação e interpretação.

Primeiro, o relatório derradeiro apresentado pelo então Alto Representante Geral do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães, sobre os desequilíbrios e tensões no processo de integração regional. Segundo, a Ata da XLI Reunião Extraordinária do Grupo Mercado Comum (GMC-ETX), que decidiu pela entrada da Venezuela. Terceiro, a obra *Balmaceda*, de Joaquim Nabuco, sobre o contexto político sul-americano no final do século 19.

Sobre os desafios presentes

O espectador sul-americano do século 21 parece se surpreender com a continuidade de algumas “velhas” questões. As deficiências infraestruturais em transporte, energia, saneamento e comunicações persistem como maior gargalo à integração regional. Do ponto de vista institucional, o Parlamento do Mercosul permanece como uma boa ideia, com potencial de transformar a lógica negociadora do bloco, mas que não avançou. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) pode ter papel estratégico, mas precisa ter seus recursos disponíveis ampliados. A Secretaria do bloco tem baixa autonomia e reduzida capacidade de cumprir com a tarefa fundamental de melhorar a coordenação política e aumentar o nível de cooperação econômica e social entre os membros (Mariano 2011; Guimarães 2012-b).

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR e Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (thiago.gehre@gmail.com).

De fato, a característica marcante do Mercosul, assim como da América do Sul, são as assimetrias entre países e sub-regiões, “igualmente soberanos, mas profundamente desiguais”, pela concentração de investimentos, pelos desequilíbrios comerciais e pela reduzida oferta de oportunidades aos países menos desenvolvidos da região, mesmo após uma década de lançamento do projeto da Iniciativa para a Integração Infraestrutural Sul-Americana (IIRSA) e sua transformação no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) (Guimarães 2012-b).

Neste caso, pode-se afirmar que alguns dos principais instrumentos de redução das desigualdades regionais foram “propostos ou apoiados pelo Brasil”, como a IIRSA, o FOCES e a sul-americanização do BNDES. Ainda que padeçam de escopo reduzido e limitações estruturais, seguem uma marcha de adaptação e aprimoramento que se coaduna com a construção de um amplo projeto de integração na América do Sul (Couto 2012).

Apesar dos grandes desafios e de opiniões em contrário (Santos 2011), o Mercosul e a integração estendida para toda a América do Sul permanecem como a prioridade da política externa brasileira, releitura que transformou as crenças e ações brasileiras na vizinhança, redefiniu preferências regionais e catalisou o ativismo regional do Brasil (Spektor 2010).

Da mesma forma, os meios para se atingir este objetivo estratégico não coadunam com uma postura de “cooperação hegemônica” ou “liderança por consenso” (Teixeira 2011). Vale notar que a diplomacia brasileira é avessa à ideia de “hegemonia” e mais recentemente, no contexto da Conferência Rio+20, tem adotado o termo “liderança pelo exemplo” para tratar especificamente da questão ambiental.

Portanto, o objetivo de construção de um bloco continental (UNASUL), que aproxime as diferentes experiências históricas de integração regional, é fortalecer a multipolaridade mundial e garantir a inserção concertada e ampliada dos países sul-americanos na cena política e econômica internacional do novo milênio. Para tanto, depende da formação de um arranjo econômico mais robusto e flexível, que pudesse alinhar interesses diversos, e até discrepantes, de países como Brasil e Venezuela, de um lado, e Guiana e Suriname, do outro.

Além disso, “o desconhecimento recíproco dos Estados, das economias e das sociedades do Mercosul”, como cita Guimarães (2012-b), permanece como “obstáculo à aceleração do processo de integração, tanto de seu aprofundamento como de sua expansão geográfica”. Não é de se espantar que o mesmo diagnóstico já houvesse sido feito um século antes. Lembra Nabuco (2010) que “ninguém extraiu do vasto material enterrado em suas capitais longínquas um arcabouço de história”.

O desconhecimento sobre os países da região, tão evidente no século 19 pela ausência de esforços historiográficos, parece continuar marcando os países sul-americanos no século 21, o que gera dificuldades no processo decisório e de compreensão por parte das sociedades quando da eclosão de uma crise, como nos casos paraguaio e venezuelano.

Sobre a suspensão temporária do Paraguai

Após o julgamento sumário do Congresso do Paraguai, afastando Fernando Lugo de suas funções presidenciais, a Cúpula do Mercosul, ocorrida em Mendoza no dia 29 de junho de 2012, decidiu por condenar a ruptura da ordem democrática na “*hermana República*” e afastar o Paraguai das decisões de cúpula (Ata 2012).

Nesse sentido, os países do Mercosul decidiram aplicar o Protocolo de Ushuaia, para que a pedra angular do compromisso democrático fosse preservada, com base em duas peças jurídicas, o Protocolo de Ushuaia do Mercosul e o Protocolo adicional ao tratado constitutivo da UNASUL sobre compromisso com a democracia.

Conforme os artigos 4º, 5º, 6º e 7º do Protocolo de Ushuaia explicitam, no caso de “ruptura da ordem democrática” de um membro do bloco, serão realizadas consultas entre todos, inclusive o Estado afetado, e caso as consultas resultem “infrutíferas” – dependendo da gravidade da situação – medidas poderiam variar entre a suspensão do direito de participar nas instituições integrativas até a suspensão dos direitos e obrigações resultantes destes

processos. Além disso, as medidas só poderiam ser adotadas por consenso e cessariam com o pleno restabelecimento da ordem democrática do Estado afetado.

Como o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do Mercosul no segundo semestre de 2012, recebendo o mandato de dinamizar algumas das instâncias mercosulinas, a ordem expressa pelo GMC de que “o Paraguai não deveria ser convocado às reuniões de quaisquer órgãos do bloco até cessar a situação de exceção democrática”, causou mal estar e indefinições. Por exemplo, o impedimento paraguaio inviabilizou reuniões no país vizinho, causou desconforto com a presença de paraguaios em reuniões ordinárias das diversas instâncias econômicas, sociais e culturais do bloco, reascenderam debates no Parlasul e gerou situações inusitadas de gestores locais brasileiros, da região sul, se encontrarem com o governo de Frederico Franco, ignorando as orientações do Itamaraty e do Mercosul.

Diante deste fato, a diplomacia brasileira se apressou em responder às várias críticas que surgiram. Primeiro, que o fato político gerador da suspensão teria sido a forma ilegítima de afastamento do então presidente Fernando Lugo, a quem não teria sido franqueado tempo adequado para apresentar provas e preparar sua defesa. Segundo, que a entrada da Venezuela no Mercosul não teria correlação com o caso paraguaio, sendo uma medida urgente de recomposição do bloco e uma resposta à demanda histórica do vizinho bolivariano. Terceiro, que diversas consultas foram feitas ao partido colorado, ao Congresso do Paraguai e ao próprio presidente Lugo, antes da decisão tomada pelo Mercosul.

Ainda que o clima não fosse propício para avanços, a diplomacia brasileira, dentro do GMC, procurou evitar uma situação de isolamento do Paraguai, garantindo os “contatos estritamente técnicos” com o vizinho guarani em áreas sensíveis como aduaneira, sanitária, fitossanitária e migratória. Além disso, os diversos projetos que já tivessem sido aprovados, de cooperação técnica ou de outra natureza, deveriam prosseguir (Ata 2012).

Apesar da descrença do presidente paraguaio Frederico Franco de que “após as eleições de 21 de abril de 2013 o bloco elimine a punição”, pode-se falar que subsiste um ânimo positivo na chancelaria brasileira para que o Paraguai – considerado “vizinho de primeira importância” – seja imediatamente reintegrado ao Mercosul. (Agência Brasil 2012; Valor Econômico 2012).

Mesmo que seja resolvido em curto período, a questão paraguaia foi geradora de um reposicionamento estratégico, que levou ao ingresso venezuelano no Mercosul, e que terá consequências para a geopolítica regional no tempo longo. É nesse sentido que se estabelece um nexo entre a suspensão temporária do Paraguai e a entrada definitiva da Venezuela no Mercosul, o que será apreciado a seguir.

Sobre a entrada definitiva da Venezuela

Desde meados dos anos 1990, o Brasil mostrava-se como um “firme defensor” da associação da Venezuela ao Mercosul, mas esse fato apenas reverteu-se em um compromisso político em 2001, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. A partir daí, a diplomacia brasileira trabalharia em favor da adesão venezuelana ao Mercosul, logrando a assinatura de um “Acordo Quadro” na reunião de Cúpula em Montevideu, no dia 9 de dezembro de 2005 (RPEB 1996; RPEB 2001).

Entretanto, encontraria forças de resistência emanadas da opinião pública e no Parlamento. De fato, o debate público foi desencadeado pelo congelamento do pleito venezuelano no senado paraguaio e pela centralização das decisões no ambiente executivo governamental.

A mensagem presidencial propondo a inclusão da Venezuela no Mercosul deu entrada na Câmara em 26 de fevereiro de 2007, mas o processo perdeu celeridade com a extinção da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e sua substituição pelo Parlamento do Mercosul. Como resultado, empurrou-se a discussão da matéria até outubro daquele ano, quando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) passou a discutir o referido protocolo (Santos e Vilarouca 2007).

Nesse ínterim, forças de pressão sociais, econômicas e políticas “chacoalharam” o ambiente legislativo. A oposição (PSDB e DEM) aproveitou a ocasião de turbulência para cooptar a opinião pública e atacar o governo, o que logo contaminou a própria base aliada (PMDB) em razão das reações históricas e exageradas do presidente venezuelano, que reclamara da demora do Congresso brasileiro. Em síntese, criou-se um clima interno negativo que se propagou na mídia e pela opinião pública no Brasil, gerado pela “politização” da entrada da Venezuela no bloco sul-americano (Gehre 2012).

Mesmo sem fortes argumentos de como os interesses brasileiros seriam contrariados com a entrada da Venezuela no Mercosul, a oposição fez muito barulho. Aproveitando-se das circunstâncias favoráveis, procurou construir uma imagem ideologizada do Itamaraty e da política externa de Lula, atacando as implicações tarifárias e comerciais, bem como os excessos autoritários de Chávez como possíveis ameaças à democracia na região e aos interesses do empresariado brasileiro (Gehre 2012).

Em resposta, Chávez discursou com tom de “ultimato” para que os parlamentos paraguaio e brasileiro se manifestassem sobre a matéria, rebatendo o que considerava uma postura de soberba da “direita brasileira” de interferir nos rumos da integração regional. “Não estamos desesperados para entrar no MERCOSUL, porque nossa prioridade é construir nosso modelo de desenvolvimento”, diria Chávez (La jornada 2007).

A troca de farpas entre o Congresso brasileiro e o presidente Chávez, de certa forma, interrompeu temporariamente as discussões parlamentares sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL e quase culminou na sua rejeição. Não obstante os atritos políticos, vale ressaltar que os trâmites exigidos pelo Parlamento brasileiro foram respeitados e seguidos protocolarmente, o que contribuiu para a transparência da decisão e auxiliou o Executivo a corrigir os rumos da relação com a Venezuela (Santos 2007).

Assim, a polêmica sobre a entrada da Venezuela no Mercosul arrefeceu na esfera política, na mídia e na opinião pública; o Parlamento brasileiro deu o aval à inclusão do vizinho bolivariano e o governo Lula sinalizou que a parceria prevaleceria nas relações bilaterais, a partir de uma postura mais retraída e vigilante (Gehre 2012).

Ainda que o debate pareça apontar para um consenso de que os “problemas do Mercosul são outros, não a entrada da Venezuela no bloco” (Hirst 2012), faz-se necessário calcular os custos e benefícios desse acontecimento.

Por um lado, a rapidez e a conveniência com que se levaram adiante os procedimentos para a entrada da Venezuela tornaram evidente o sentido oportunista da ação, o que implicou custos para a imagem internacional do Brasil e colocou em dúvida o sentido da parceria brasileiro-venezuelana. Não havia a necessidade de o Brasil acelerar um processo que estava encaminhado e que cedo ou tarde se concretizaria. Foi inevitável o desgaste político após uma década de gestões exitosas de Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, sob a presidência de Lula, para dar forma a uma história de parceria entre brasileiros e venezuelanos.

Por outro, os benefícios percorrerão um trajeto de longa duração. Primeiro, porque o problema paraguaio é episódico e deverá ser superado na medida em que a Venezuela produza uma dinâmica diferente ao processo de integração. Segundo, pelo estabelecimento de novos eixos político, econômico e energético, Brasília-Caracas e Buenos Aires-Caracas, complementar ao eixo Brasília-Buenos Aires, que serão indutores nesta nova fase da integração Mercosul/Unasul.

Ademais, pode-se afirmar que existe uma vontade política favorável, mediante orientação dos outros países do bloco, de que seus corpos executor e técnico auxiliem os venezuelanos a cumprir com os requisitos de harmonização tarifária e de nomenclatura. Impera, também, uma posição flexível, de não intransigência e tolerância na padronização dos produtos venezuelanos em relação ao estabelecido dentro do bloco (Ata 2012).

Reflexões à luz da história da América do Sul

Desde o século 19, o espectador sul-americano havia desenvolvido uma percepção natural de que em sociedades sem elementos limitadores, como um Congresso forte ou uma opinião pública ativa e engajada, se geraria uma

“hipertrofia de poder”. A preocupação específica de Joaquim Nabuco era com os rumos da jovem república brasileira diante de uma possível “reversão autoritária de fundo militarista”.

Para tanto, analisou o que acontecera no Chile, sob o governo de José Manuel Balmaceda (1886-1891), que passou por um processo de centralização do poder, fortalecimento do executivo e fragilização do Congresso e do Judiciário. Como diria Nabuco (2010), “onde a liberdade carece do amparo do poder, onde a lei é frágil”, instituições democráticas não têm como criar raízes e proliferar.

Joaquim Nabuco temia que características da recém-estabelecida república no Brasil, como o militarismo, a corrupção, o desmembramento, a anarquia, o opróbrio da raça, bem como a crença fatalista na dominação estrangeira, poderiam conduzir o país a um destino similar a de outros vizinhos. O problema, na visão de Nabuco, era que se abria um precedente perigoso na região, uma vez que o Chile era considerado, até então, como um “capricho de ordem moral na formação da América do Sul”, ou seja, uma república liberal atípica na região (Nabuco 2010).

O texto *Balmaceda* de Joaquim Nabuco fazia um chamamento pela valorização da região, contra a passividade das sociedades, pela necessidade dos governantes locais de tomarem as rédeas de seus países para que nações estrangeiras do novo e do velho mundo não transformassem a região em um protetorado. Era, também, um apelo a favor da luta permanente pela liberdade e contra uma moléstia crônica, a proliferação de regimes autoritários e centralizadores, que formariam uma “terrível dança macabra do continente”.

À luz desta interpretação histórica, poderia se dizer que os rumos políticos do Paraguai em 2012 abriram “um precedente cheio de grandes perigos”, especialmente o do autoritarismo. Entretanto, talvez seja um exagero considerar o ocorrido no Paraguai como um retrocesso considerável na marcha da integração regional sul-americana, uma vez que o processo de constituição do Mercosul, com mais de duas décadas, gerou um arcabouço integrativo mínimo capaz de sobreviver a oportunismos e intempéries políticas transitórias. Fica o alerta, contudo, sobre a real capacidade das instituições nacionais e intergovernamentais de garantir a governabilidade regional e a manutenção das instituições basilares da integração.

Para Nabuco, caso um país “se esfacelasse, se perdesse as noções de moral social que formam sua coesão, a perda seria de toda a civilização sul-americana”. Assim, a solução teria que ser buscada “dentro de cada um dos nossos países”. Daí a necessidade de medidas estruturantes e emergenciais internas, mas de maneira coordenada.

Além disso, Nabuco foi um dos próceres da intelectualidade brasileira, a primeiro trabalhar conceitualmente a ideia de América do Sul, que se tornaria prioridade da política externa brasileira a partir de 2000. Ao analisar como a circunstância sul-americana afetaria os rumos políticos do país, Nabuco apontava que para termos a “ideia exata da direção que levamos”, seria preciso compreender para onde marcha o Continente, “auscultar o murmúrio, a pulsação continental” (Nabuco 2010).

A solução estruturante para o problema da assimetria foi a constituição de um esquema de integração bidimensional UNASUL-Mercosul. Por um lado, constrói-se um bloco de abrangência continental, legitimado por ações e instituições que tocam todos os países da América do Sul. Por outro, as alianças bilaterais mercosulinas Brasília-Buenos Aires e Brasília-Caracas seguem como molas propulsoras do desenvolvimento regional.

Da mesma forma, as soluções emergenciais passam por ações de diferentes tipos. Primeiro, a intensificação do diálogo regional, por meio de encontros sistemáticos entre os presidentes e chanceleres sul-americanos. Segundo, o estímulo à geração de empregos associado à infraestruturação regional, bem como à medidas nacionais consistentes de redução da pobreza, elevando a América do Sul a um patamar diferenciado de desenvolvimento. Terceiro, todas as ações emergenciais de combate às assimetrias devem envolver invariavelmente a dimensão local de poder. Estados, departamentos, provinciais e municípios dos países sul-americanos devem ser não apenas consultados como precisam ser participantes ativos nas definições políticas e estratégicas do bloco.

Por fim, as liberdades políticas, individuais e de imprensa, de um determinado país, precisam ser do interesse geral da região, sem que isso signifique interferência nos assuntos internos de cada um dos países sul-americanos.

O diferencial estaria na capacidade de coordenação e antecipação que bloqueasse tendências centralizadoras e autoritárias que se irradiam pelas fronteiras, contaminando o continente.

Portanto, as decisões de suspensão do Paraguai, de cunho político, e de ingresso da Venezuela, de cunho estratégico, não só criaram novos espaços de interlocução e reforço dos mecanismos de discussão e negociação entre os países sul-americanos, como envolveram outras esferas de suas sociedades: parlamentos, empresários, universidades e opinião pública, atores que demonstraram grande interesse nesses dois eventos em particular.

Em suma, pode-se dizer que a “dança das cadeiras” no Mercosul em 2012 reposicionou política e estrategicamente o bloco, mas não abalou o longo processo histórico de construção da confiança, cujo cerne é a própria ideia em marcha de América do Sul.

Fontes e bibliografia

- AGÊNCIA Brasil 2012. “Franco diz que eleições não encerram suspensão do Paraguai do Mercosul”. *Agência Brasil*, 27/09/2012. Acessado em 27-09-2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-27/franco-diz-que-eleicoes-presidenciais-nao-encerram-suspensao-do-paraguai-do-mercosul>>.
- ATA da XLI Reunião Extraordinária do Grupo Mercado Comum. Mercosul/GMC ETX N. 02/12, 30 de julho de 2012.
- COUTO, Leandro. *Desenvolvimento, integração e assimetrias: caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul*. Tese de Doutorado. Brasília: Unb, 2012.
- GEHRE, Thiago. *Uma historia de parceria: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. *América do Sul: uma ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Juruá, 2009.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2012-a). Estados Unidos, Venezuela e Paraguai. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20570>. Acessado em 1/10/2012.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2012-b) Alto Representante Geral do Mercosul. *Relatório ao Conselho de Ministros*. Mercosul, junho de 2012.
- HIRST, Monica. Os problemas do Mercosul são outros, não a entrada da Venezuela no bloco. *Jornal Folha de São Paulo*, 2012.
- LA JORNADA (2007). Acusa Chávez al Senado brasileño de subordinación ante el Congreso de EU”. *La Jornada*. 2 de junho de 2007. <<http://www.jornada.unam.mx/2007/06/02/index.php?section=mundo&article=021n1mun>> Acessado em 25 de julio de 2009.
- MARIANO, Karina Pasquariello. A eleição parlamentar no Mercosul. rev. *RBPI* 54 (2): 138-157 [2011].
- NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. 2ª impressão. Brasília: Senado Federal, 2010 (edições do Senado Federal, volume 14).
- RPEB (1996). Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido pelo Chanceler da Venezuela Miguel Angel Burellirvas, Caracas, 10 de outubro de 1996. *Resenha de Política Exterior do Brasil* (RPEB), Número 79, 2o semestre de 1996, Ano 23;
- RPEB (2001). Visita de trabalho do presidente Hugo Chávez Frías ao Brasil, 3 de abril de 2001; comunicado conjunto de imprensa, 04 de abril de 2001. *RPEB*, Número 88, 1º semestre de 2001 – Ano 28.
- SANTOS, Sergio Cabllero. Brasil y la región: una potencia emergente y la integración regional sudamericana. *RBPI* 54 (2): 158-172 [2011].
- SANTOS, Fábio; VILAROUCA, Márcio. Adesão da Venezuela ao MERCOSUL: Des-ideologizar como forma de atingir o interesse nacional. *Papeis legislativos*. N. 4 (Ago., 2007).
- SANTOS, Fabiano. Procedimentos e regras de tramitação legislativa de política externa no Brasil: O caso da adesão da Venezuela ao MERCOSUL. *Papéis legislativos*. N. 7 (Nov., 2007).

- SPEKTOR, Matias. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. *RBPI* 53 (1): 25-44 [2010].
- TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Brazil and the institutionalization of South America: from hemispheric estrangement to cooperative hegemony. *RBPI* 54 (2): 189-211 [2011].
- VALOR Econômico 2012. “Brasil fará esforço para reintegrar Paraguai ao Mercosul, diz Patriota”. *Valor Econômico*, 05/09/2012. Acessado em 27-09-12. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2819000/brasil-fara-esforco-para-reintegrar-paraguai-ao-mercosul-diz-patriota#ixzz27gDOzD3S>>.
- VEJA (2012). Mercosul suspende o Paraguai e incorpora a Venezuela. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/mercosul-suspende-paraguai-ate-novas-eleicoes-e-incorpora-venezuela>>. Acessado em: 2/10/2012.

Resumo

A América do Sul, e o Mercosul em particular, vivenciaram no ano 2012 um momento de redefinição de algumas de suas linhas políticas e estratégicas, quando se estabeleceu uma espécie de “dança das cadeiras” entre alguns países. Se por um lado, a suspensão do Paraguai e a entrada da Venezuela no bloco sul-americano colocaram em xeque a durabilidade do projeto de integração regional. Por outro, a decisão política de preservação da circunstância democrática na região se coadunou com a decisão estratégica de alçar um vizinho rico em recursos ao status de membro pleno do Mercosul, o que desencadeou dinâmicas renovadas no processo de integração regional sul-americano.

Abstract

South America, and the Mercosur in particular, experienced in 2012 a time of redefinition of some of its political and strategic guidelines, when it was established a kind of “musical chairs” between some countries. On one hand, the suspension of Paraguay and the entry of Venezuela in the south-American Bloc challenged the durability of the project of regional integration. On the other hand, the political decision to preserve the democratic circumstances of the region is combined with the strategic decision to raise a resource-rich neighbor to the status of full member of Mercosur, which had triggered a renewed dynamic on the process of south-american regional integration

Palavras-chave: América do Sul; Política Externa Brasileira; Venezuela

Key words: South America; Brazilian Foreign Policy; Venezuela

Recebido em 03/10/2012

Aprovado em 15/10/2012